



**RELATÓRIO E CONTAS
2007**

Praceta João Caetano Brás Nº 10 1º A.B.C.

2005 – 517 Santarém

I.	Órgãos Sociais.....	3
II.	Relatório do Conselho de Administração	4
	Introdução.....	4
	Enquadramento macroeconómico	6
	Sistema bancário nacional	11
	Actividade	14
	Enquadramento	14
	Actividade Desenvolvida	15
	Análise económica e financeira.....	24
	Perspectivas futuras	29
	Agradecimentos.....	30
	Proposta de aplicação de resultados	31
III.	Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007	32
	Balanço em 31 de Dezembro de 2007.....	33
	Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2007	36
	Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....	38
	Introdução.....	38
	NOTA 3 – Critérios de avaliação.....	38
	NOTA 10 – Inventário de títulos e de imobilizações financeiras.....	41
	NOTA 11 – Movimentos do activo imobilizado	41
	NOTA 14 - Créditos sobre instituições de crédito e clientes.....	42
	NOTA 23 - Compromissos assumidos.....	42
	NOTA 24 - Movimento das provisões	44
	NOTA 31 – Outros activos e passivos	45
	NOTA 34 – Volume de emprego	46
	NOTA 35 - Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais.....	46
	NOTA 39- Outros resultados de exploração	47
	NOTA 41 – Carga fiscal	47
	NOTA 45 - Operações de locação financeira	48
	NOTA 51 – Outras informações.....	49
	Anexo	51
IV.	Relatório e Parecer do Fiscal Único	53
V.	Certificação Legal de Contas.....	54
V.	Relatório do Auditor Independente	56

I. Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Instituto de Turismo de Portugal – ITP, representado por Nuno Moreira de Almeida Queiroz de Barros
Vice-Presidente	NERCAB – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco, A.E., representada por João Fernandes Antunes
Secretário	NERPOR – Associação Empresarial da Região de Portalegre, A.E., representada por Jorge Firmino Rebocho Pais

Conselho de Administração

Presidente	José António Ferreira de Barros
Vogais	Luís Filipe Soares dos Santos José Fernando Ramos de Figueiredo João Artur Ferreira da Costa Rosa Renato Fernando Ribeiro da Silva Anabela Pereira Dolores Frazão Isabel Maria Lopes Vieira Neto Vitor Manuel de Oliveira Ferreira António de Sousa Portugal

Comissão Executiva

Presidente	José António Ferreira de Barros
Membros	Renato Fernando Ribeiro da Silva João Artur Ferreira da Costa Rosa Anabela Pereira Dolores Frazão Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Fiscal Único

Efectivo	Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., representada por Augusto dos Santos Carvalho
Suplente	Armando Luís Vieira de Magalhães

II. Relatório do Conselho de Administração

Introdução

A Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. concluiu em 2007 o seu quinto ano de actividade. Após a elevada receptividade verificada junto do mercado para o produto *Garantia Mútua*, o ano que agora finda veio reforçar a convicção existente acerca da oportunidade e da necessidade que representam as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) para as Pequenas e Médias Empresas (PME) do nosso País.

Com sede em Santarém, foi, conjuntamente com a Lisgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede em Lisboa, e com a Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede no Porto, uma das primeiras Sociedades de Garantia Mútua a operar em Portugal. No início de 2007, iniciou a actividade a Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede em Coimbra, para actuação específica no sector agro-florestal.

A Garval manteve a trajectória de crescimento que vinha registando em períodos anteriores, o que foi verificável no aumento do volume de garantias concedidas, no crédito apoiado junto do sistema Financeiro, no número de garantias emitidas e no número de novos mutualistas.

O desenvolvimento da actividade da Garval tem sido orientado para as PME da zona Centro do País e R. A. Açores. A sua acção estendeu-se a todos os sectores de actividade que se enquadraram no POE/PRIME, nomeadamente indústria, comércio, serviços, transportes e turismo. Em 2007, a Garval iniciou a sua actuação no distrito de Coimbra, o que representa um importante reforço da base de sustentação da Sociedade.

A Garval continuou a prosseguir a sua missão de melhorar o acesso ao crédito por parte das PME portuguesas, actuando através da qualidade das garantias emitidas e facilitando a contratação de operações de financiamento em condições mais adequadas face às necessidades das empresas. Para a concretização deste objectivo, foi reforçada a dinamização dos protocolos já existentes com Instituições Bancárias (Banco BPI, Millennium bcp, Grupo BES, Caixa Geral de Depósitos, Grupo Santander Totta e Barclays Bank) e que conheceram, no ano que agora finda, um acentuado crescimento. Foram assinados em 2007 protocolos genéricos com novas Instituições de Crédito (Caixa

Económica Montepio Geral, Banco Português de Negócios, Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo e Banco Popular Portugal).

As sociedades de garantia mútua, no âmbito do Programa FINCRESCER, do IAPMEI, que visa a identificação das PME líder e rumo à excelência, tendo em vista a disponibilização de um conjunto de soluções financeiras muito favoráveis a essas empresas através da negociação de linhas de crédito com as principais entidades bancárias, permitiram estabelecer uma plataforma única de avaliação do potencial económico e perfil de risco das empresas, com a harmonização dos critérios de avaliação das diferentes entidades, tendo em conta os critérios utilizados nas linhas de crédito protocoladas entre as sociedades de garantia mútua e as instituições de crédito em questão.

No âmbito do Programa FINICIA, foram assinados nove protocolos ao abrigo do Eixo III deste programa (Abrantes, Peniche, Alcobaça, Óbidos, Bombarral, Almeirim, Alter do Chão, Castelo de Vide e Mação) que representam um volume global de 3,3 Milhões de euros de fundos iniciais disponíveis para pequenas iniciativas empresariais de âmbito regional. No âmbito do Eixo II do mesmo programa foram celebrados protocolos de apoio ao ciclo de vida inicial das empresas com o Banco Espírito Santo e com o Millennium bcp, ao que se junta o protocolo para Microcrédito existente com o Banco BPI.

Em 7 de Setembro, foi publicado o diploma DL 309-A/2007, que altera a legislação das Sociedades de Garantia Mútua, passando a permitir também a garantia de pessoas individuais e a prestação de garantias de carteira. Com esta alteração, e com dotações específicas para o Fundo de Contragarantia Mútua, foi possível o estabelecimento de linhas de crédito para estudantes com várias instituições de crédito para estudantes, promovendo a igualdade de oportunidades do acesso ao ensino superior.

O produto *Garantia Mútua* continua o seu percurso de sucesso de inserção no tecido empresarial e financeiro com o consequente aumento da sua notoriedade. Para além da actuação independente da Garval, apresenta-se como igualmente importante a manutenção da divulgação nacional promovida pela SPGM – Sociedade de Investimento, S.A., em colaboração com as restantes Sociedades de Garantia Mútua. A necessidade de tornar a Garval e o produto *Garantia Mútua* mais reconhecidos junto das empresas e do mercado continuará a justificar o esforço da Sociedade através da presença em meios de divulgação nacionais, regionais e locais, bem como através de colaborações com parceiros institucionais.

Enquadramento macroeconómico

As economias da OCDE sofreram recentemente vários choques relacionados com turbulências financeiras, arrefecimento no mercado imobiliário e subida de preços dos produtos energéticos e de outras matérias-primas. As consequências daí resultantes foram, apesar de tudo, e até agora, amenizadas por se terem verificado numa fase de crescimento sustentado, com uma forte taxa de emprego, por benefícios elevados e resultados sólidos das principais economias, e por um comércio mundial ainda dinâmico, alimentado pelo crescimento robusto das economias emergentes. Assim sendo, apesar do crescimento a curto prazo já ter sido revisto em baixa em praticamente toda a zona da OCDE, o cenário não se revela tão desfavorável como seria de esperar em presença dos recentes choques.

Quadro 1 – Taxa de Crescimento do PIB (%)

	2005	2006	2007 ^P	2008 ^P	2009 ^P
Área Euro	1,6	2,9	2,6	1,9	2,0
Japão	1,9	2,2	1,9	1,6	1,8
Estados Unidos	3,1	2,9	2,2	2,0	2,2
OCDE	2,6	3,1	2,7	2,3	2,4
Portugal	0,5	1,3	1,8	2,0	2,2

Fonte: OCDE.

Quadro 2 – Taxa de Desemprego (%)

	2005	2006	2007 ^P	2008 ^P	2009 ^P
Área Euro	8,4	7,7	6,8	6,4	6,4
Japão	4,4	4,1	3,8	3,7	3,6
Estados Unidos	5,1	4,6	4,6	5,0	5,0
OCDE	6,4	5,9	5,4	5,4	5,3
Portugal	7,7	7,7	7,9	7,6	7,3

Fonte: OCDE

Quadro 3 – Taxa de inflação (%)

	2005	2006	2007 ^P	2008 ^P	2009 ^P
Área Euro	1,9	1,9	2,2	2,2	2,3
Japão	-1,3	-0,9	-0,5	-0,3	0,3
Estados Unidos	3,2	3,2	2,6	2,1	2,0
OCDE	2,3	2,3	2,3	2,1	2,1
Portugal	2,8	2,9	2,8	2,4	2,1

Fonte: OCDE

✓ Estados Unidos da América

Devido, nomeadamente, à progressão sustentada do consumo privado, o crescimento do PIB da economia norte-americana evoluiu acima das taxas previstas no início do ano. No entanto, a correcção verificada no mercado imobiliário, a chamada crise do subprime, pode vir a acentuar-se a curto prazo, daí resultando que o valor do património imobiliário das famílias venha a decrescer, o que, conjugado com a deterioração do mercado de trabalho, poderá levar a uma redução na progressão do crescimento do consumo. Por conseguinte, prevê-se que o crescimento do PIB em 2008 seja a ritmos inferiores ao seu potencial, podendo vir a restabelecer-se em 2009, não estando excluído de todo um cenário mais desfavorável, nomeadamente de recessão durante 2008.

A inflação aumentou devido, especialmente, ao encarecimento dos bens energéticos e das matérias-primas alimentares, tendo vindo no entanto a estabilizar à volta de 2,5%. Na convicção de que os preços dos bens energéticos estabilizem, prevê-se que as tensões inflacionistas venham a manter-se moderadas ao longo de 2008 e 2009.

A política monetária actual parece ser adequada, pese embora a inevitabilidade de ter que vir a ser devolvida a neutralidade às taxas dos fundos federais aquando do restabelecimento da economia.

A margem de manobra a nível orçamental está limitada, excluindo, nomeadamente, o apoio generalizado aos devedores em dificuldade, uma vez que a redução da actividade vai certamente pesar nas receitas e acentuar o défice federal. É também de referir que são de esperar maiores dificuldades no financiamento da protecção social, uma vez que, já a partir de 2008, principia o processo de passagem para a reforma da geração resultante do *baby-boom*.

Estima-se que a taxa de desemprego nos Estados Unidos irá aumentar até aos 5%, em 2008, estabilizando em 2009.

✓ **Japão**

A retoma económica actual, a mais longa no pós guerra no Japão, continua a prosseguir, apesar de se verificar uma ligeira desaceleração no ritmo de crescimento em 2007. O sector exportador continua a ser o principal impulsionador da economia japonesa, tendo-se registado máximos históricos na produção industrial, devido, precisamente, ao aumento da procura externa cada vez mais relevante. É também de referir o contributo positivo no PIB do consumo, com a evolução positiva das vendas a retalho e das despesas das famílias.

Um restabelecimento do mercado de trabalho, marcado por uma redução da taxa de desemprego, deverá inverter a baixa nos salários, o que poderá vir a sustentar um crescimento da procura em 2008 e em 2009 e uma evolução positiva da inflação.

A taxa de inflação homóloga do Japão aumentou no final de ano, consequência do aumento dos preços das componentes alimentar e energética, em linha com o verificado na generalidade das demais economias mundiais.

Não se prevê que o Banco do Japão venha a aumentar as taxas directoras a curto prazo, sobretudo antes que a inflação se torne claramente positiva e que o risco de deflação seja percebido como longínquo. Para o Japão torna-se indispensável atingir um excedente no orçamento, sendo este o primeiro passo para se reduzir o nível da dívida em proporção do PIB. A este objectivo estão subjacentes a redução da despesa, por um lado, e a reforma da fiscalidade, por outro. Também são de esperar reformas estruturais no sentido de estimular a produtividade, nomeadamente no sector terciário dos serviços, o que poderá vir a contribuir para manter o nível de vida, compensando a diminuição cada vez mais rápida da população em idade de trabalhar.

✓ **Zona Euro**

Na Europa, a expansão económica prosseguiu em 2007, mas a um ritmo mais lento do que em 2006. Este facto deve-se a alguns factores tais como a subida das taxas de juro, a apreciação do euro face às outras principais divisas, e o endurecimento das condições de acesso ao crédito, factores estes que serviram de travão à actividade económica. Quanto às perspectivas para o futuro próximo, estas não se revelam particularmente favoráveis, quando comparados com anteriores previsões, atentos os reflexos da crise dos mercados financeiros, em especial os associados à crise dos créditos hipotecários, e aos receios de uma recessão nos Estados Unidos poder afectar as demais economias mundiais, a somar ao impacto dos aumentos nos preços energéticos e dos bens alimentares.

Apesar do cenário menos optimista, a progressão do emprego e uma aceleração, ainda que moderada, do crescimento dos salários tenderão a sustentar o consumo e o rendimento disponível das famílias.

No ano findo, a inflação aumentou de forma brusca, devido a um elevado aumento dos preços dos bens energéticos e alimentares, devendo doravante manter-se a um nível ligeiramente acima dos 2%.

Tendo em conta, por um lado, a orientação em baixa dos riscos que pesam sobre a actividade económica e, por outro lado, a provável manutenção da inflação, não parece ser necessário nesta fase um novo aumento das taxas de juro. No entanto, o Banco Central Europeu continua a manifestar sinais de acompanhamento próximo da evolução da economia e das tensões inflacionistas, podendo alterar o actual cenário de expectativa e determinar novos aumentos, caso a evolução dos preços assim o justifique.

A recente melhoria nas finanças públicas das principais economias europeias, com a excepção da França, parece ser um bom começo, ficando como principal meta a atingir, pelos governos dos diversos estados membros, o equilíbrio orçamental. Um reforço no mercado interno no âmbito da União Europeia melhoraria as perspectivas de crescimento sustentado a longo prazo, e tornaria mais fluido o funcionamento da união monetária. Também será importante salientar que outro objectivo fundamental para a Zona Euro será uma melhoria nos níveis de controlo do sector financeiro, hoje muito fragmentados, de modo a evitar situações de descoordenação e falta de supervisão como as que recentes crises vieram evidenciar.

✓ Portugal

Quadro 4 – Indicadores sobre a economia portuguesa

	2005	2006	2007 ^P	2008 ^P	2009 ^P
Taxas de Crescimento					
PIB	0,5	1,3	1,8	2,0	2,1
Consumo Privado	2,2	1,1	1,2	1,3	1,7
Consumo Público	2,2	-0,5	-0,3	0,4	0,5
Investimento	-3,3	-1,6	0,9	2,3	3,4
Exportações	1,2	8,9	6,7	5,6	4,9
Importações	1,9	4,3	3,4	3,3	3,8
Contributo para o Crescimento do PIB					
Procura Interna	1,0	0,3	0,9	1,4	1,8
Investimento	-0,2	0,0	0,1	0,0	0,0
Procura Externa Líquida	-0,3	0,9	0,7	0,6	0,2
Taxa de Desemprego (%)	7,6	7,7	8,0	8,0	7,7
Taxa de Inflação (%)	2,8	2,9	2,9	2,4	2,3
Como percentagem do PIB					
Balança Comercial	-10,2	-10,0	-9,1	-8,6	-8,4
Balança de Transacções Correntes	-9,6	-9,9	-9,0	-8,8	-8,7
Balança de Pagamentos	-8,1	-8,8	-7,9	-7,7	-7,7
Défice Público (% do PIB)	-6,1	-3,9	-3,0	-2,6	-2,4

Fonte: Comissão Europeia, *Economic Forecast, Autumn 2007*, Novembro 2007

A evolução da economia portuguesa em 2007 foi marcada por uma ligeira expansão, assente no comportamento dinâmico do sector exportador. Importa notar que 2007 marca a inversão da tendência do crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que passou a registar valores positivos. Ao contrário do esperado para a economia mundial, para Portugal é previsto que, em 2008 e em 2009, o crescimento se reforce em 0.1 p.p., superior às últimas estimativas, mantendo-se a quase total influência da Procura Interna, com especial destaque para o Consumo Privado e a FBCF, na

composição do PIB, na medida em que se projecta que as exportações apresentem um comportamento menos dinâmico que o verificado em 2006 e 2007.

No que diz respeito aos níveis de desemprego, estes mantêm-se elevados e os aumentos dos salários devem portanto abrandar.

A taxa de inflação média anual, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), situa-se, segundo o Banco de Portugal em 2.4% em 2007 representando uma revisão em baixa em relação à projecção divulgada no Verão. Esta revisão reflecte um crescimento dos preços dos bens industriais, quer energéticos, quer não energéticos, inferior ao então projectado. As perspectivas apontam para uma descida da inflação em 2008-2009, para valores próximos dos 2% no final do horizonte. Esta projecção traduz-se numa redução das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, que reflecte a inversão da trajectória de queda da taxa de poupança das famílias, bem como a continuação da redução das necessidades de financiamento das Administrações Públicas.

O défice orçamental deverá continuar a contrair-se, sendo preponderante que o governo mantenha o impulso das reformas estruturais, a fim de prosseguir com o restabelecimento das finanças públicas, ajudando assim a sustentar o crescimento a longo prazo.

Um progresso contínuo no âmbito das melhorias do capital humano, com destaque para o sistema de educação e formação técnicas e do reforço da concorrência no mercado interno, contribuiria para impulsionar a produtividade e o crescimento a médio prazo.

Sistema bancário nacional

A crise de liquidez nos mercados financeiros dos países desenvolvidos, sentida a partir de Agosto de 2007, com a crise do mercado norte-americano de crédito hipotecário de alto risco, continua e irá continuar a afectar o mercado de crédito internacional. Apresenta características particulares, dado ser uma crise que foi despoletada nos mercados dos países desenvolvidos, não afectando significativamente os países emergentes ou em desenvolvimento, e conduziu a uma severa restrição na oferta de crédito.

Esta crise faz-se sentir no Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito de Outubro feito pelo Banco de Portugal, em que, de acordo com os resultados obtidos, os critérios seguidos pelos bancos na concessão de empréstimos se tornaram mais restritos. Assim, as maturidades, as garantias exigidas, o montante e as condições contratuais não pecuniárias dos empréstimos, ter-se-ão tornado mais restritivas, tal como o agravamento dos *spreads* praticados face à pouca variação na procura de crédito.

Apesar de, no Inquérito do Banco de Portugal, os cinco principais grupos bancários acreditarem na normalização do mercado de crédito a curto prazo, os agentes económicos não reúnem consenso nessa opinião. Segundo os últimos dados do mercado de crédito, existe a expectativa de que 2008 possa ser tão ou mais severo que o último semestre de 2007, ao nível de liquidez.

Este cenário de falta de liquidez e restrição generalizada nos patamares de risco aceites pelo sistema financeiro, poderá agravar-se, de modo significativo, criando condições de maior dificuldade no acesso ao crédito bancário pelas PME resultante das novas regras impostas pelo acordo de Basileia II, que já se vinha fazendo sentir desde início de 2007.

Por outro lado, abre uma nova janela de oportunidade ao sistema de garantia mútua, na medida em que a garantia das SGM, naturalmente contragarantidas pelo FCGM, poderá fazer a diferença entre obter ou não um crédito por parte das PME mutualistas.

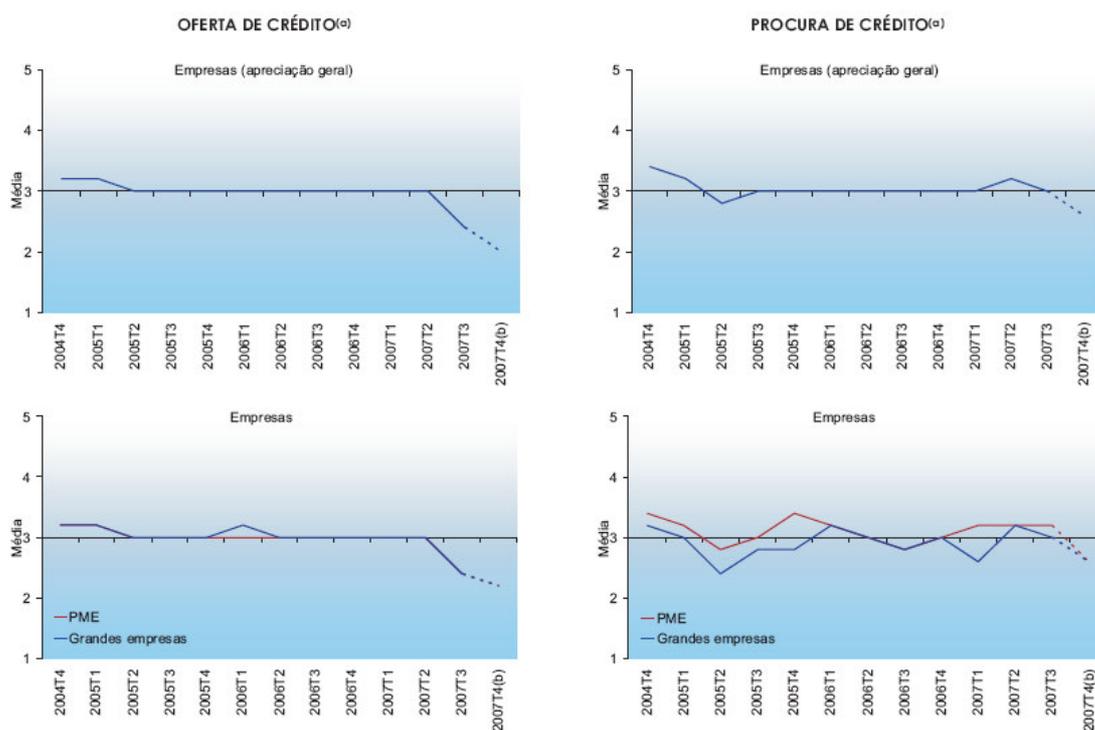


Figura 12 Evolução da Oferta e Procura de Crédito a Empresas *in* Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito

Actividade

Enquadramento

A evolução, durante o ano de 2007, registada ao nível da aplicação informática SIG (Sistema Integrado de Gestão) permitiu a melhoria da integração do processo de análise e decisão de operações numa base de *workflow*, proporcionando um melhor acompanhamento e um apoio mais directo às empresas que recorrem aos serviços da Garval, aperfeiçoando e simultaneamente tornando mais eficiente a análise ao crédito.

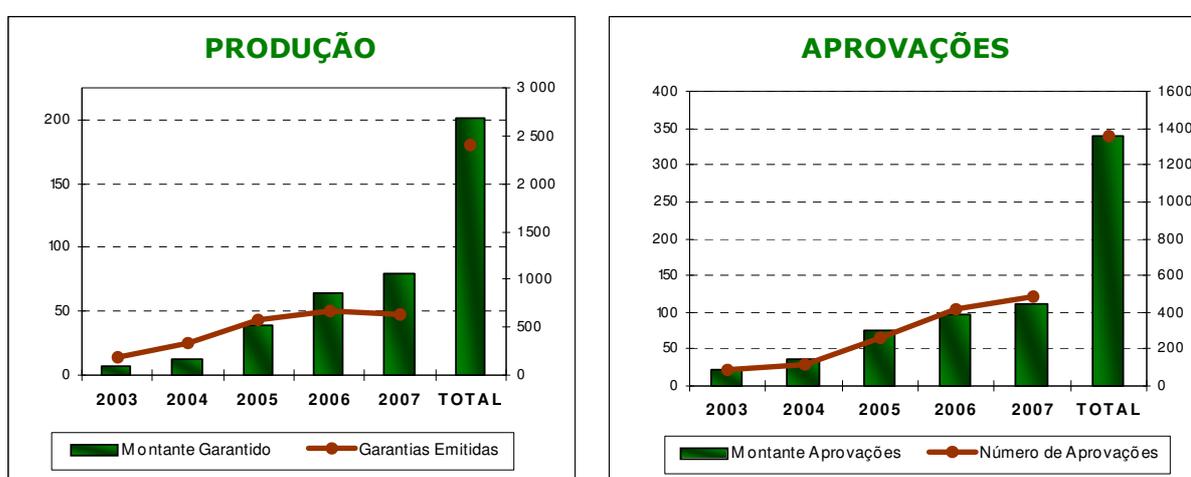
Ao nível de recursos humanos, a Sociedade apresentou alguma instabilidade no decurso do primeiro semestre, penalizando o desempenho naquele período. Com a estabilização da estrutura foi possível melhorar os níveis de produção no segundo semestre, período que embora tradicionalmente mais forte, representou em 2007 quase 71 % da produção.

Em 2007 verificou-se um desempenho operacional da Garval positivo, embora abaixo do previsto, registando-se o crescimento do volume de contratação, do número de empresas apoiadas e, principalmente, da carteira de garantias vivas. Pese embora que este desempenho venha a induzir no futuro um maior nível de proveitos, a concentração significativa do volume de contratação que se registou durante o quarto trimestre do ano, a par da obrigatoriedade de constituição de Provisões para Riscos Gerais de Crédito, continuou a influenciar as contas de exploração da Sociedade. A contratação de garantias no último trimestre provoca um impacto negativo no exercício em curso dado que os proveitos que advêm destas garantias não compensam as provisões realizadas, repercutindo-se a geração de proveitos em benefício de exercícios seguintes.

Por outro lado, o aumento da sinistralidade, quer em montante de garantia, quer em montante líquido do sinistro, assim como o acompanhamento da carteira viva de garantias, que provocou um significativo aumento nas rubricas de Provisões para Crédito Vencido e Provisões Económicas, influenciaram decisiva e negativamente os Resultados da Sociedade.

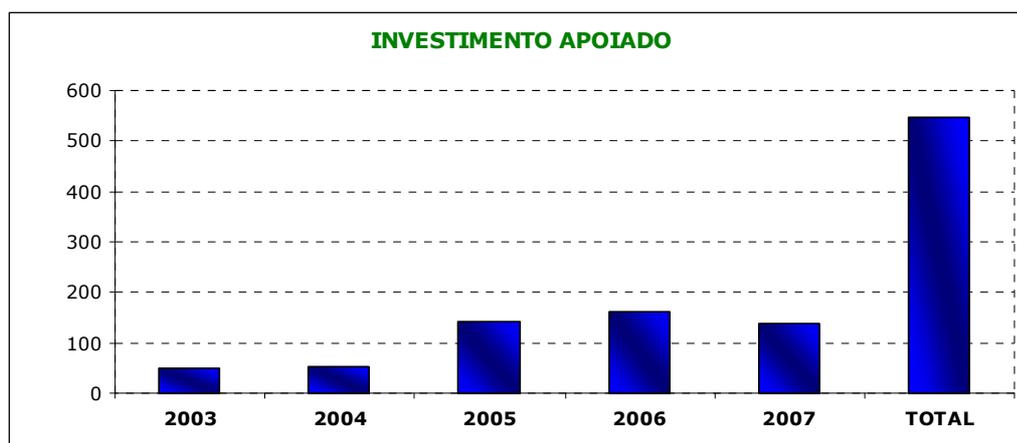
Actividade Desenvolvida

Em 2007, a Garval prestou 633 garantias que ascenderam a um total de 79,5 milhões de euros. Destas, 74 são renovações de garantias já emitidas, que ascenderam a 10,4 milhões de euros. Apesar do aumento de produção, o número de garantias emitidas diminuiu, facto que implicou o aumento no valor médio de garantia para 125,7 mil euros e que representou um crescimento de 34,3% face ao ano anterior. No mesmo período foram aprovadas 485 garantias e *plafonds* de garantias, no montante de 110,9 milhões de euros.



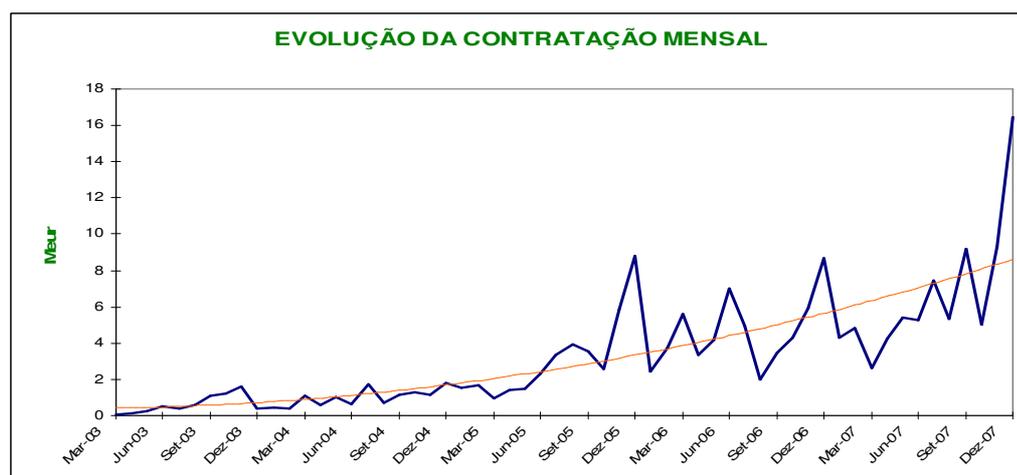
Valores em Milhões de Euros

Desde o início de actividade da Garval em 2003, o acumulado das garantias emitidas ascendeu a 178,4 milhões de euros, o financiamento induzido a 320,9 milhões de euros e o investimento apoiado a 574,4 milhões de euros. A sociedade apresenta assim um multiplicador de garantia em investimento superior a 3, isto é, cada euro garantido representa mais do triplo em termos de investimento o que é um indicador significativo quanto ao impacto na actividade desenvolvida na economia.



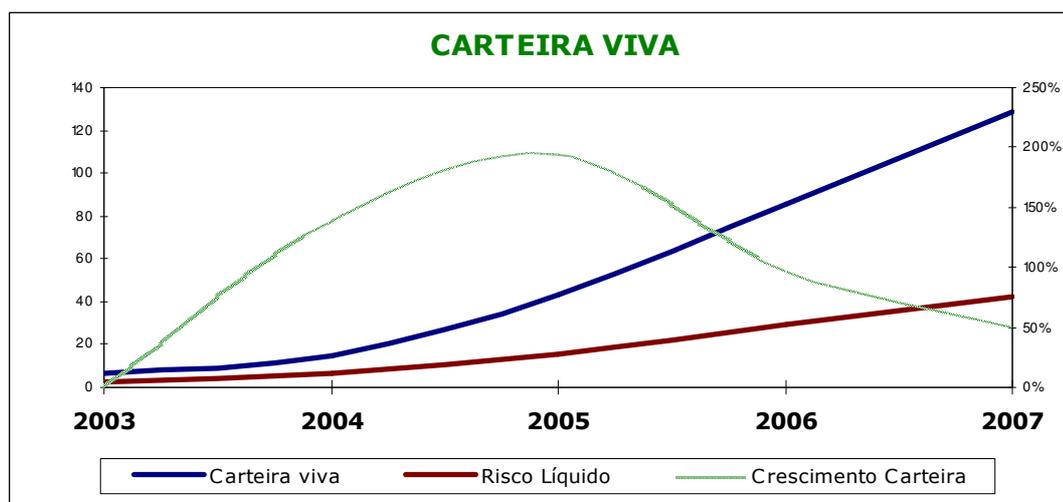
Valores em Milhões de Euros

Em 2007 verificou-se a tendência registada desde 2004 em que Dezembro é o mês com maior número de garantias emitidas. O hiato é ainda mais notório em 2007 tendo sido este período o principal responsável pelo aumento de produção verificado em 2007.



Valores em Milhões de Euros

Verificou-se em 2007 um aumento de 51.04% da carteira viva de garantias face ao período homólogo do ano anterior, que resulta do aumento continuado da produção e da contenção relativa da sinistralidade. O crescimento da carteira tem vindo a ser acompanhado por um aumento do nível de contragarantia de FCGM permitindo que o ritmo de crescimento do risco líquido seja significativamente inferior à taxa de crescimento da carteira.

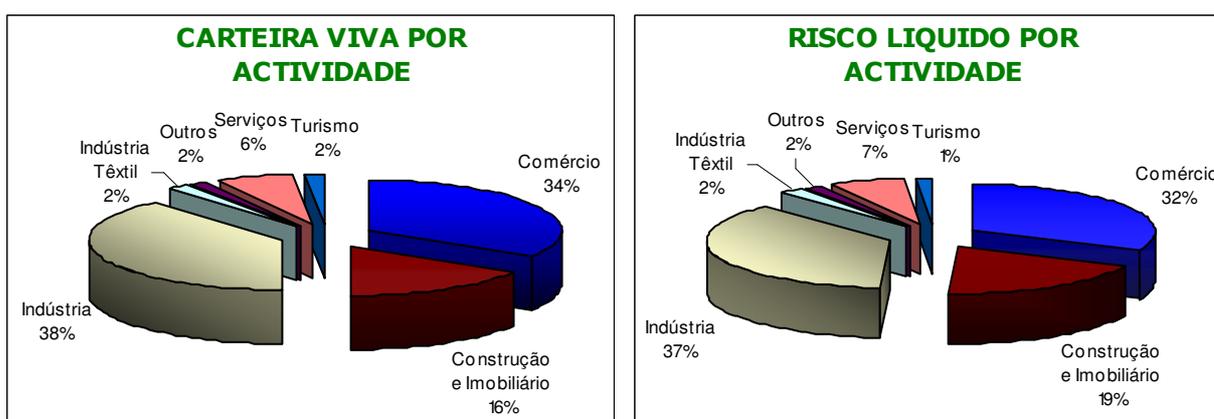


Valores em Milhões de Euros

Da desagregação da carteira por actividade destaca-se a intervenção junto da construção e imobiliário, que assume 61,7% do número de garantias emitidas. No entanto, esta intervenção é em grande medida realizada através de plafonds de garantias técnicas de boa execução. Em termos de montante garantido este sector apenas representa 16,2% da carteira viva, com uma garantia média de 19,2 m€.

A actividade com maior destaque em termos de montante garantido é a indústria, representando 38,5% do montante garantido, com uma garantia média na ordem dos 152,9 m€.

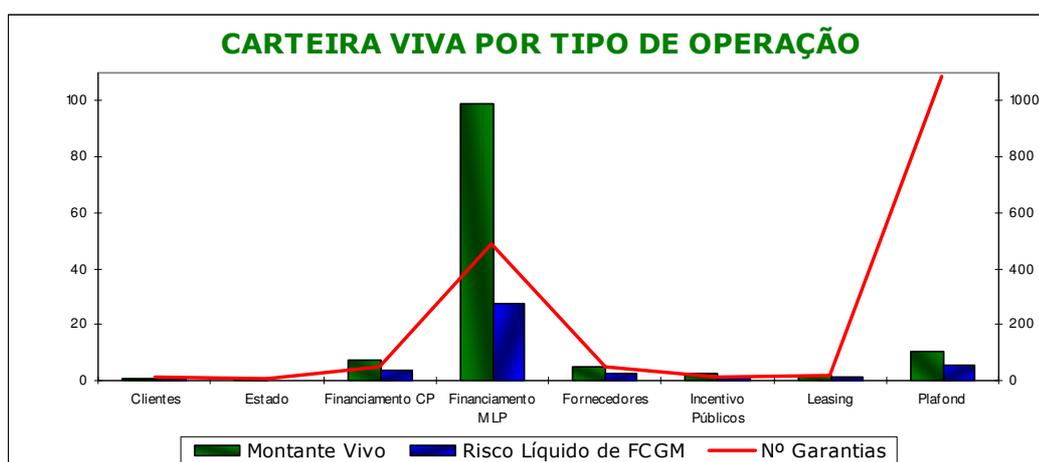
O comércio assume uma importância elevada, representando 33,9% da carteira viva, com uma garantia média que ronda os 185,5 m€, onde se destaca o comércio por grosso.



Verifica-se uma significativa concentração da carteira através da intervenção em financiamentos de M/L prazo, representando cerca de 77,8% do montante total da carteira. Esta rubrica representa

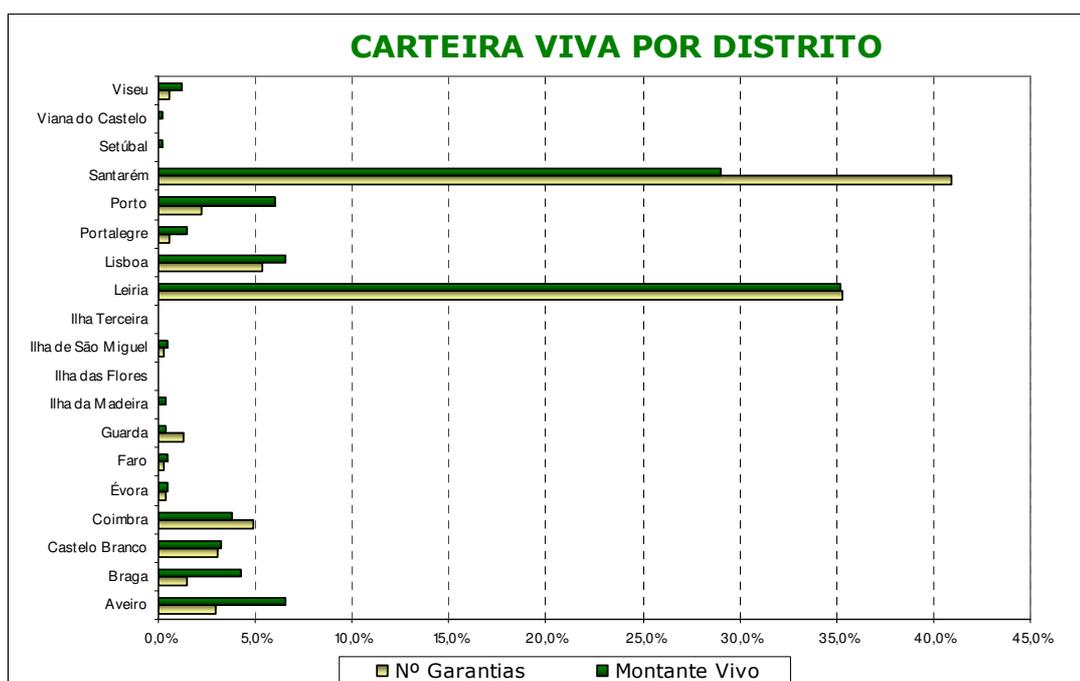
apenas 28,31% do número de garantias vivas, com valor de garantia inicial média de 202,8 m€.

Inversamente, verifica-se uma pulverização do risco assumido através da intervenção em Plafonds de garantias técnicas, onde se verifica o maior número de garantias vivas (1089), com um valor médio de garantia inicial de cerca de 9,8 m€.

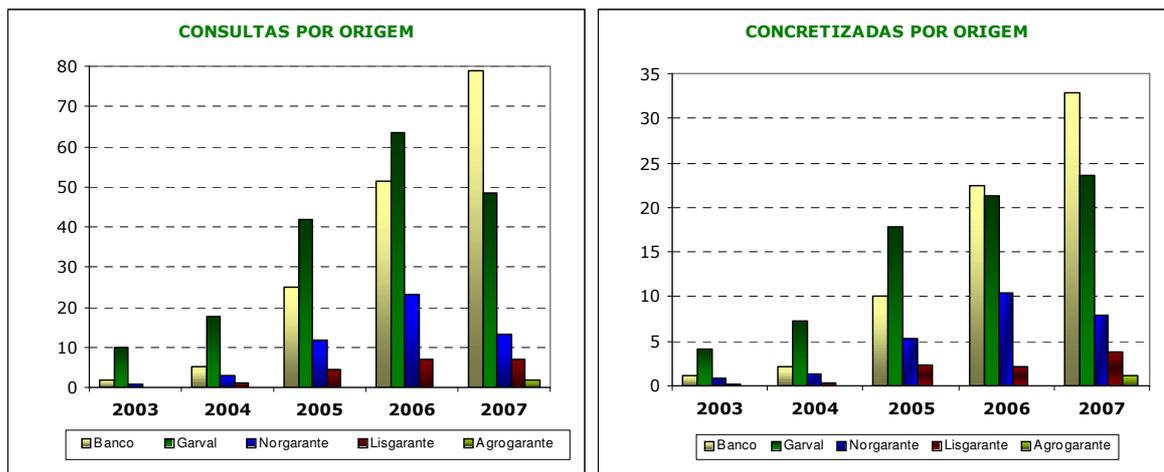


Valores em Milhões de Euros

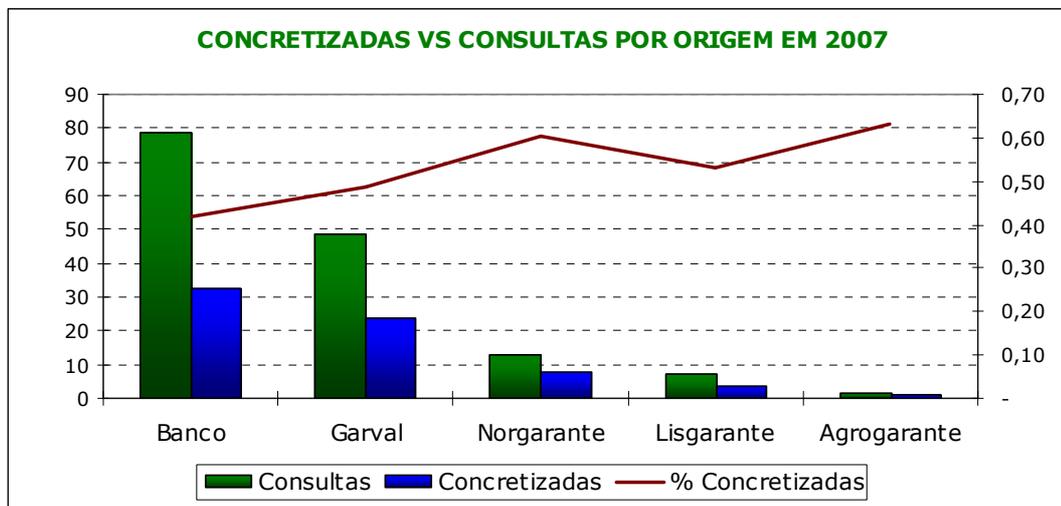
Constata-se uma clara concentração do montante e número de garantias emitidas nos distritos onde estão sediadas as agências da Garval, pela proximidade às empresas, prescritores de negócio e demais parceiros. O distrito de Coimbra passou, em 2007, a ser acompanhado pela Garval, factor que veio incrementar a carteira viva da Garval neste distrito.



A tendência de crescimento dos bancos como principais prescritores de negócio tem-se acentuado e 2007 representou a maior discrepância entre garantias concretizadas com origem em bancos e as captadas pela Garval. Esta situação resulta de um natural aumento das consultas por parte dos bancos, como reflexo de várias acções massificadas de marketing e acompanhamento junto dos mesmos. Por outro lado, e como reflexo do incremento da actividade comercial, a percentagem de aprovações face às consultas tem maior relevância nas garantias com origem na Garval.



Valores em Milhões de Euros

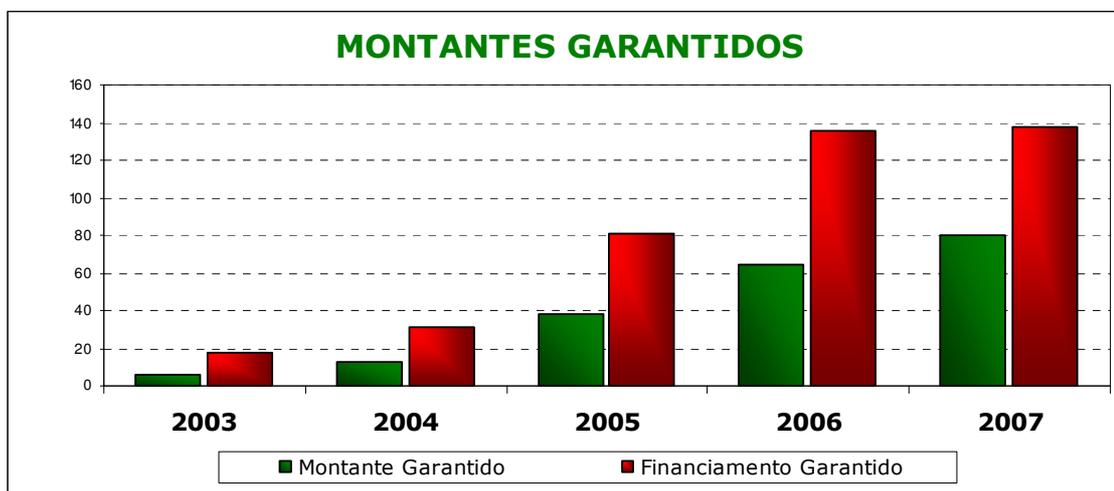


Valores em Milhões de Euros

As garantias emitidas em 2007 permitiram o acesso ao crédito junto do Sistema Financeiro no montante de 137,7 milhões de euros, viabilizando investimentos na ordem de 289,3 milhões de euros.

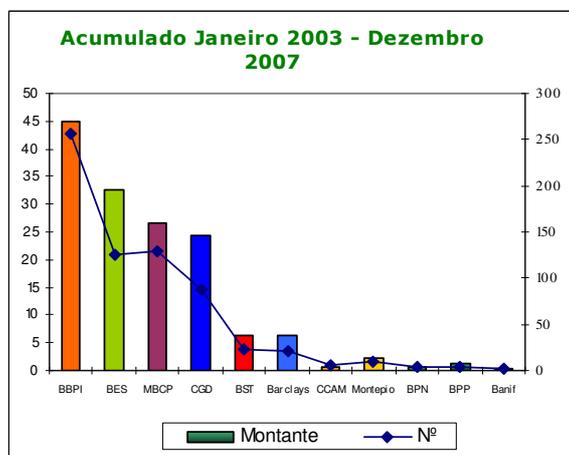
No que diz respeito a garantias prestadas em operações de financiamento, a Garval manteve-se como interlocutora dos seus mutualistas perante os Bancos financiadores. Tal demonstra o reconhecimento

das empresas na capacidade da Sociedade em promover a correcta estruturação dos créditos face às suas necessidades específicas, beneficiando cumulativamente do papel de representação institucional da Garval junto desses mesmos Bancos.

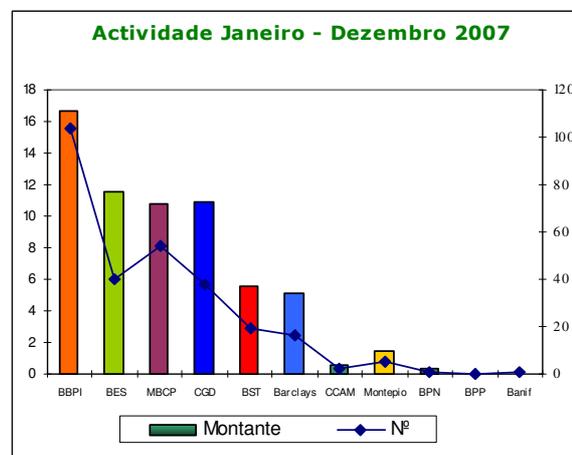


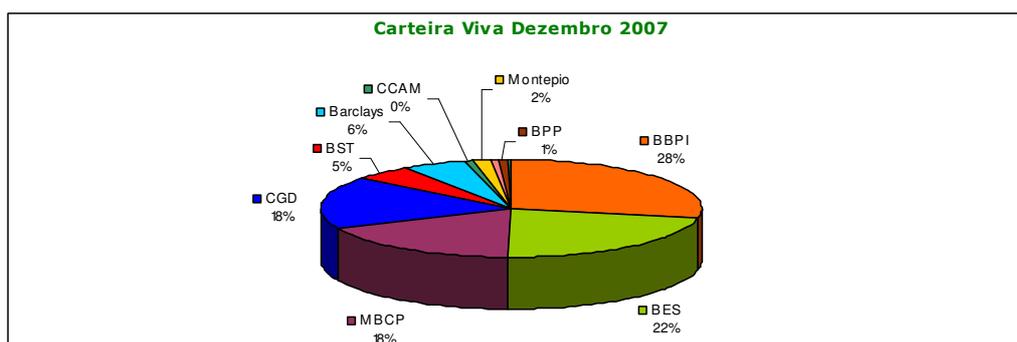
Valores em Milhões de Euros

O aumento da solicitação de operações decorreu sobretudo da tendência de inversão dos principais prescritores para a Sociedade. Neste aspecto, o Banco BPI manteve-se como o parceiro mais representativo, quer em operações concretizadas em 2007 (26,45%), quer em representatividade na Carteira Viva (28,34). Banco Espírito Santo (18,34%), Caixa Geral de Depósitos (17,38%) e Millennium BCP (17,08%) apresentam quotas com alguma proximidade em 2007. Em 2007 destaca-se o incremento de garantias prestadas a favor do Banco Santander Totta e Barclays Bank, fruto da política de dinamização junto destes.



Valores em Milhões de Euros

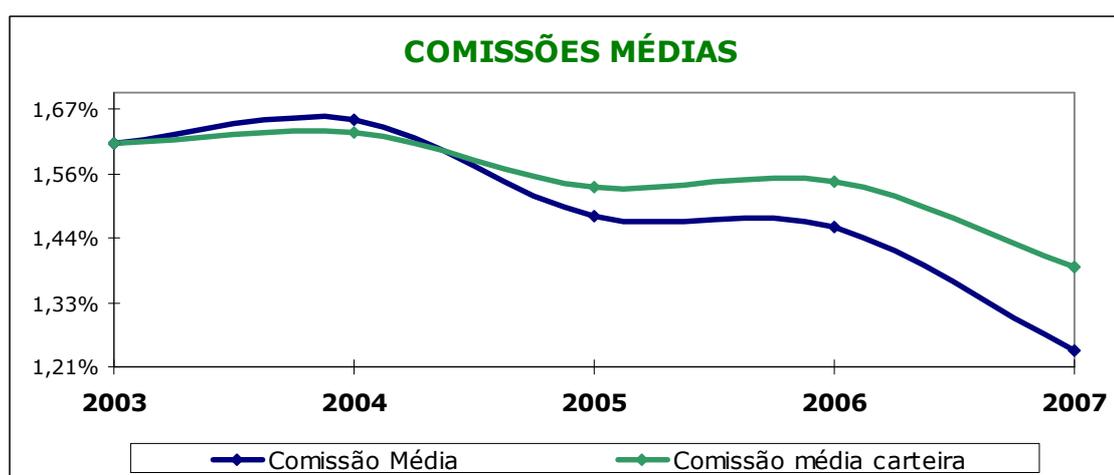




No final de 2007 a Garval apresentava 308 novos mutualistas. O montante de ações adquirido por mutualistas ascendeu a 974,2 mil euros, o que representa 8,12% do Capital Social da Garval.

DADOS DE ACTIVIDADE	2007
Novos Mutualistas	308
Acções Adquiridas por Mutualistas	974 230
% Acções Adquiridas	8,12%
Capital Transaccionado	981 930
% Capital transaccionado	8,18%
Comissão média do ano	1,24
Comissão média carteira	1,39

A comissão média tem vindo a diminuir, acompanhando as condições mais agressivas que se praticam no mercado. A comissão média da carteira no final de 2007 rondava 1,39%, influenciada pela redução da comissão média em 2007 (1,24%).



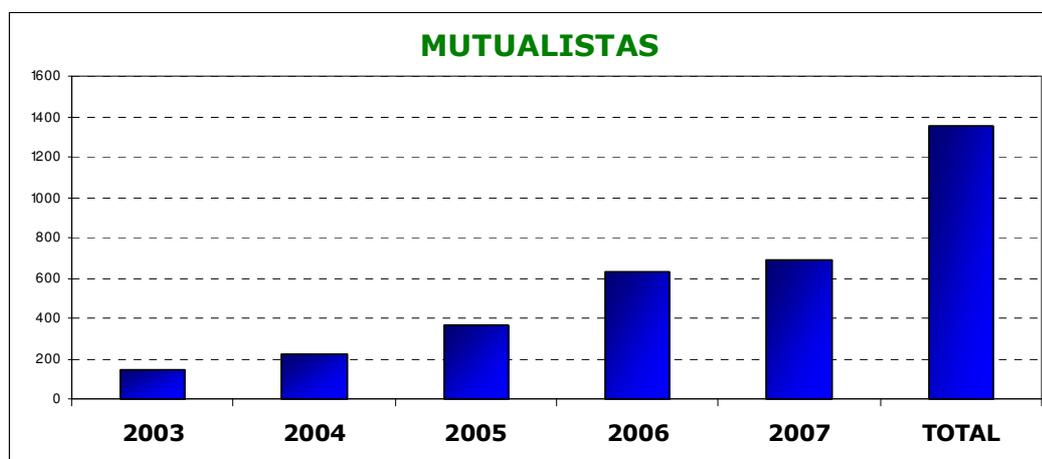
As garantias prestadas pela Garval encontram-se automaticamente contragarantidas através do Fundo

de ContraGarantia Mútuo (FCGM), num montante que assume no mínimo 50% do capital garantia. A carteira viva cresceu novamente de uma forma significativa, ascendendo a 128,9 milhões de euros no final de 2007, o que representa um crescimento de cerca de 33,7% face aos 85,4 milhões de euros registados no final de 2006.

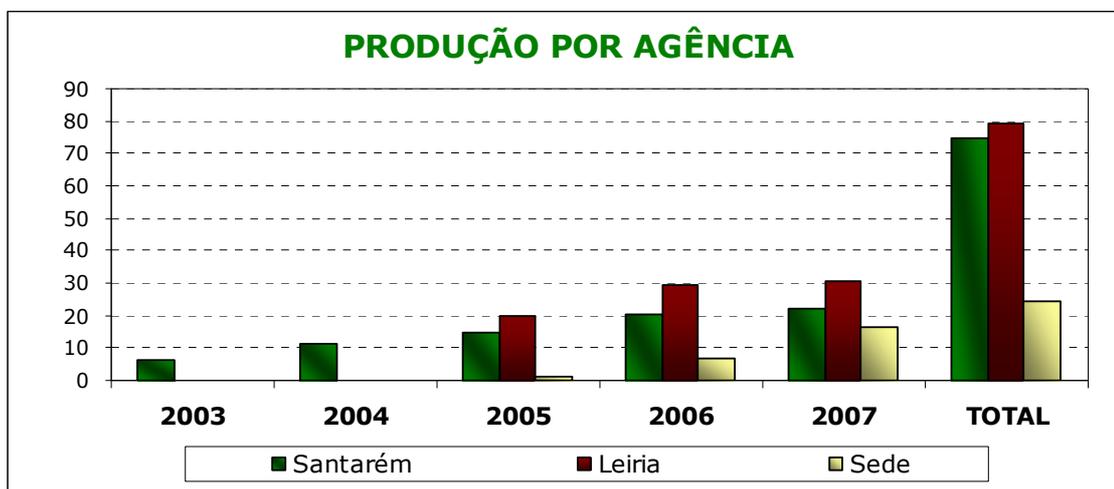
Evidencia-se a tendência de aumento da contragarantia prestada pelo FCGM. A contragarantia assume em 2007 67,5% da carteira sendo, portanto, o risco líquido assumido pela Garval de 32,5%. A alavancagem líquida sobre o Capital Social da Garval situou-se nos 3,4 sendo de 3,8 quando calculada sobre os Capitais Próprios.

	2003	2004	2005	2006	2007
Cobertura FCGM	56,60%	58,00%	64,50%	65,70%	67,97%
Crescimento Carteira	---	139,00%	195,40%	97,50%	28,18%
Crescimento Cobertura	---	144,90%	228,90%	101,20%	53,36%
ALAVANCAGEM					
Carteira viva	2,29	5,48	7,21	14,23	10,61
Contragarantia FCGM	1,3	3,18	4,65	9,36	7,21
Risco Líquido	1	2,3	2,56	4,88	3,40

No final de 2007 a Garval detinha 688 Pequenas e Médias Empresas no seu corpo accionista. Refira-se ainda o reduzido número de solicitações para alienação de acções por parte de empresas que já liquidaram as suas responsabilidades para a Garval, contribuindo para um efeito de recorrência que se apresenta crescente e atesta o grau de satisfação dos utilizadores.



Em 2007 a agência de Santarém foi responsável por 32% da produção de novas garantias, Leiria por 44% e a Sede, na qual se incluem as garantias provenientes de outras SGM e as acções dinamizadas em Coimbra, por 24%.



Valores em Milhões de Euros

Análise económica e financeira

No exercício de 2007, a Garval apresentou um resultado antes de impostos negativo de 274,8 mil euros, o que representa uma variação positiva face ao ano de 2006 no valor de 433,1 mil euros. Por sua vez, o valor dos impostos correntes estimado para 2007 mantém-se em linha com o valor do ano anterior, reflectindo um ligeiro agravamento de 8,5 mil euros. Com um peso de 3,2% do total dos proveitos, o impacto dos impostos correntes no resultado líquido do exercício é mais do que totalmente absorvido pelo reconhecimento de 128,9 mil euros de impostos diferidos líquidos. Assim, o resultado do exercício (após impostos) foi, no exercício de 2007, de 235,3 mil euros negativos, representando 8,5% do total dos proveitos.

O reconhecimento de 128,9 mil euros a título de impostos diferidos é feito em linha com a adaptação da contabilidade da Garval, já no exercício anterior, e pela primeira vez, à Norma Internacional de Contabilidade (NIC) n.º 12, do *International Accounting Standards Committee* – IASB, processo que originou o reconhecimento de impostos diferidos em capitais próprios, e, posteriormente, em proveitos, quando referentes ao próprio exercício fiscal. No ano de 2007, as reversões entretanto ocorridas foram contabilizadas em encargos por impostos diferidos e as novas diferenças temporárias, decorrentes do desfasamento entre a base tributável de um activo ou passivo e o seu valor contabilizado, foram reconhecidas em rendimentos por impostos diferidos.

RESULTADO	Ano 2007		Ano 2006		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Total de Proveitos	2.780.141,81	100,0	1.309.420,09	100,0	1.470.721,72	112,3
Total de Custos	3.054.937,68	109,9	2.017.295,51	154,1	1.037.642,17	51,4
Resultado Antes de Impostos (1)	- 274.795,87	-9,9	- 707.875,42	-54,1	433.079,55	-61,2
Impostos correntes	- 89.410,93	-3,2	- 80.869,68	-6,2	8.541,25	10,6
Impostos diferidos	128.933,28	4,6	323.332,74	24,7	- 194.399,46	-
Resultado do Exercício	- 235.273,52	-8,5	- 465.412,36	-35,5	230.138,84	-49,4

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

Os proveitos totalizaram, no exercício de 2007, o valor de 2,8 milhões de euros, reflectindo um aumento de 112,3% quando comparado com o exercício anterior. Este crescimento é, essencialmente, fruto do aumento das rubricas de reposições (de provisões) do exercício (302,6 mil euros), juros e rendimentos similares (281,8 mil euros), reposições associadas a créditos a clientes (379,2 mil euros) e rendimentos de serviços e comissões (481 mil euros). Naturalmente, o maior peso das componentes

de proveitos com impacto financeiro – nomeadamente os rendimentos relativos a serviços e comissões, e os juros pelas aplicações financeiras efectuadas – representando já cerca de 68,3% do total dos proveitos, evidenciam a consolidação da carteira da Sociedade e também a evolução verificada nos mercados monetários. Globalmente, os fluxos financeiros gerados pela actividade da Empresa ascenderam a 1,9 milhões de euros.

PROVEITOS	Ano 2007		Ano 2006		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Rendimentos Similares	474.312,63	17,1	192.512,82	14,7	281.799,81	146,4
Rendimentos de Serviços e Comissões	1.422.849,92	51,2	941.824,03	71,9	481.025,89	51,1
Reposições do Exercício	440.966,27	15,9	138.390,53	10,6	302.575,74	218,6
Reposições Associadas ao Crédito a Clientes	381.873,86	13,7	2.670,30	0,2	379.203,56	14.200,8
Outros Rendimentos de Exploração	60.139,13	2,2	34.022,41	2,6	26.116,72	76,8
TOTAL	2.780.141,81	100,0	1.309.420,09	100,0	1.470.721,72	112,3

Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

O acréscimo das reposições associadas ao crédito a clientes é, em parte, explicado pela recuperação de valores de crédito provisionados a 31 de Dezembro de 2006, sendo, ainda, explicado pela contabilização, no exercício de 2007, de um montante relativo à reposição de montantes não aceites fiscalmente para cobertura das garantias executadas em 2006. Estes valores encontram-se, de acordo com a grelha temporal de provisionamento prevista no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, em condições de serem efectivamente aceites em termos fiscais no exercício de 2007. De forma a incluir esta realidade nas contas da Empresa, reduzindo deste modo o tratamento fora de balanço da componente fiscal, e em consonância com o previsto nas NIC, é efectuado um movimento sem impacto líquido em resultados, que consiste na constituição de provisões aceites fiscalmente por contrapartida de reposições não aceites.

Por sua vez, a evolução da rubrica de reposições do exercício é, na sua quase totalidade, justificada pela variação da reposição de provisões económicas, que ocorre tanto pela efectivação do risco económico que motivou a sua constituição (através da execução dessas garantias), como, por oposição, pelo desaparecimento desses mesmos factores (colocando as garantias fora dos critérios de provisionamento económico). A análise desta rubrica não pode, no entanto, ser interpretada isoladamente da componente de custos da mesma categoria de provisões, uma vez que a Garval sentiu em 2007 necessidade de reforço global da carteira de provisões económicas em 409,5 mil euros.

O acréscimo de 51,1% relativamente ao exercício anterior verificado na rubrica de rendimentos de serviços e comissões está, igualmente, relacionado com o ritmo de crescimento da actividade da Sociedade, o que implica um maior nível de valores de comissões de análise, montagem e emissão de novas operações de garantia.

GARANTIAS	Ano 2005		Ano 2006		Ano 2007		Variação	
	€uros	%	€uros	%	€uros	%	€uros	t.c.a. (%)
POE 50%	19 100 867,89	44,2	33 568 794,44	39,3	42 543 541,58	33,0	8 974 747	26,7
POE 75%	2 411 790,77	5,6	1 637 689,66	1,9	1 152 839,17	0,9	-484 850	-29,6
POE FEI 75%	677 924,08	1,6	456 313,30	0,5	261 787,05	0,2	-194 526	-42,6
INTERNACIONALIZAÇÃO		0,0		0,0	250 000,00	0,2	250 000	-
POE FEI II 75%	17 859 218,45	41,3	40 270 629,14	47,2	39 687 111,43	30,8	-583 518	-1,4
START-UP/EARLY STAGE	260 747,44	0,6		0,0	64 125,00	0,0	64 125	-
LVT 75%	958 333,33	2,2	4 642 672,66	5,4	8 275 691,53	6,4	3 633 019	78,3
LVT 85% PRASD	1 964 305,56	4,5	4 800 484,82	5,6	6 916 613,83	5,4	2 116 129	44,1
FINICIA - EIXO II	-	-	-	-	621 062,16	0,5	621 062	-
FINICIA - EIXO III	-	-	21 000,00	-	52 393,84	0,0	31 394	149,5
POE/PRIME 75%	-	-	-	-	28 579 941,85	22,2	28 579 942	-
ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	583 333,3	0,5	583 333	-
TOTAL	43 233 188	100,0	85 397 584	100,0	128 988 441	76,9	43 590 857	51,0

Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual

A evolução da carteira de garantias vivas com uma taxa de crescimento de 51% em 2007, reflectida no quadro anterior, permite constatar um aumento dos valores das responsabilidades vigentes e, conseqüentemente, o crescimento da actividade operacional da Garval, tal como tem vindo a ser referido anteriormente.

No exercício que agora finda, foram criadas novas linhas de garantias, nomeadamente ao abrigo do programa FINICIA; do protocolo estabelecido entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior, o Sistema de Garantia Mútua e várias Instituições de Crédito nacionais, no sentido de criar medidas de apoio financeiro aos alunos do Ensino Superior; e, ainda, no âmbito do POE/PRIME, para enquadrar as situações que, anteriormente, eram relevadas na linha de garantias que era apoiada pelo Fundo Europeu de Investimento. Deve ser salientado que, no ano de arranque, esta linha de garantias – POE/PRIME 75% – atingiu já um peso de 22,2% da carteira de garantias da Garval.

CUSTOS	Ano 2007		Ano 2006		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Encargos Similares	17.815,88	0,6	14.972,12	1,1	2.843,76	19,0
Encargos com Serviços e Comissões	87.805,63	3,2	33.581,39	2,6	54.224,24	161,5
Gastos Gerais Administrativos	275.056,20	9,9	255.077,58	19,5	19.978,62	7,8
Custos com Pessoal	517.174,83	18,6	373.703,35	28,5	143.471,48	38,4
Amortizações do Exercício	72.161,20	2,6	56.190,94	4,3	15.970,26	28,4
Outros Encargos de Exploração (2)	40.595,06	1,5	20.985,45	1,6	19.609,61	93,4
Provisões do Exercício	976.238,99	35,1	747.527,24	57,1	228.711,75	30,6
Correcções Associadas ao Crédito a Clientes	1.068.089,89	38,4	515.257,44	39,4	552.832,45	107,3
Total de Custos antes de Impostos	3.054.937,68	109,9	2.017.295,51	154,1	1.037.642,17	51,4

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos; (2) inclui *impostos* (não sobre os lucros).

O valor total dos custos suportados em 2007 sofreu um aumento de cerca de 1,04 milhões de euros em relação aos custos incorridos no ano anterior. Esta variação foi fortemente influenciada pelo aumento de 30,6% do valor das provisões do exercício e de 107,3% das correcções associadas ao crédito a clientes, que, em conjunto, são responsáveis pela quase totalidade do aumento dos custos acima mencionado (781,5 mil euros).

Em relação à variação das provisões do exercício, podemos afirmar que esta ficou a dever-se ao reforço das provisões económicas com o objectivo de salvaguardar, por motivos prudenciais, a sinistralidade prevista para o exercício. O já referido aumento da actividade operacional teve impacto, quer no âmbito do reforço de provisões para riscos gerais de crédito, quer na rubrica de encargos com serviços e comissões, pelo efeito do aumento da comissão de contragarantia devida ao Fundo de Contragarantia Mútuo.

A evolução das correcções associadas aos créditos a clientes é explicada, em grande parte, pela conjuntura económica actual e o seu reflexo no tecido empresarial, concretizando-se num maior número e valor de garantias accionadas.

À medida que a actividade da Sociedade se vai consolidando, torna-se inevitável reforçar a estrutura de base da empresa, designadamente quanto aos seus recursos humanos, o que implicou um aumento de 143,5 mil euros na rubrica de custos com o pessoal, e nos gastos gerais administrativos, com uma variação positiva de 20 mil euros.

O activo líquido da Garval regista, à data de Dezembro de 2007, o valor de 13,3 milhões de euros,

superior em cerca de 6,4 milhões de euros ao valor do exercício anterior. Esta variação é quase integralmente explicada pela evolução da rubrica de aplicações em outras instituições financeiras, devido ao aumento de capital ocorrido em Março de 2007.

Com um valor de capitais próprios de 11,03 milhões de euros, a Garval apresenta uma autonomia financeira de 83,3%, a qual, clara e inequivocamente, demonstra a sua elevada solvabilidade financeira. As suas responsabilidades extra-patrimoniais, decorrentes da emissão de garantias em nome e a pedido das micro e pequenas e médias empresas suas accionistas beneficiárias, ascendiam, em 31 de Dezembro de 2007, a 129 milhões de euros. Este montante, por seu lado, encontra-se directamente garantido pelo Fundo de Contragarantia Mútuo em 87 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas da Garval se limitam a 42 milhões de euros – o que representa perto de quatro vezes o valor dos capitais próprios.

Refira-se, finalmente, que a Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas duas Entidades

Perspectivas futuras

Por acordo obtido junto do Sistema de Garantia Mútuo, a Garval viu alargado o seu âmbito de actuação geográfica, acompanhando a partir do exercício de 2007 o distrito de Coimbra. Prevê-se que deste facto possa resultar um maior crescimento da Sociedade uma vez que a base económica de sustentação da Garval aumenta em 30% no que respeita ao número de PME, 27% em Emprego e 24% no Volume de Negócios gerado pelo tecido económico. Com a entrada do distrito de Coimbra para a área de intervenção da Garval, a Sociedade passa a representar 15% do total nacional nas três rubricas referidas. Comparativamente com as suas congéneres Lisgarante e Norgarante, a Garval apresenta a estes níveis uma dimensão cerca de três vezes inferior.

Com a entrada em funcionamento da Agrogarante e atendendo à composição do tecido económico da região que acompanha, nomeadamente a vincada ligação ao sector Primário, a Garval procurará maximizar os efeitos da complementaridade que possam surgir da actuação coordenada das duas SGM.

No período que agora se inicia está prevista a continuidade de uma estratégia de maior proximidade com as empresas, lógica em que se inseriu a abertura da Agência de Leiria e, em perspectiva, a abertura a prazo de novas agências na área de intervenção da Sociedade, nomeadamente em Castelo Branco, Portalegre, Coimbra e Ponta Delgada, estas em parceria com a Agrogarante.

O esforço de expansão, que acarreta elevados custos de arranque, será recompensado com a constituição das respectivas carteiras de garantias das agências, resultando num equilibrado desempenho económico-financeiro a médio prazo, e com a disponibilização deste instrumento financeiro a um número crescente e geograficamente mais alargado de empresas. Esta estratégia de expansão permitirá à Garval melhorar o acompanhamento efectivo aos seus mutualistas dentro de uma base mais sistematizada, aperfeiçoando a monitorização do risco da carteira de garantias e potenciando a qualidade do serviço prestado e disponibilizado às Pequenas e Médias Empresas.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar o nosso especial agradecimento aos nossos Accionistas e, muito especialmente, aos Mutualistas que, em 2007, encontraram na Garval o maior empenho em continuar o espírito de parceria criado há mais de uma década com a SPGM.

A adesão e confiança dos nossos Mutualistas continuam a ser o nosso maior incentivo e a melhor comprovação de que a Garantia Mútua é um instrumento essencial, tanto para as empresas, como para o sistema financeiro em geral, facto aliás reforçado pelo interesse crescente de novas empresas e instituições bancárias.

Expressamos, também, aos restantes Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade que sempre demonstraram nas respectivas áreas de actuação.

Às restantes sociedades de garantia mútua, Norgarante, Lisgarante e Agrogarante, e aos seus colaboradores, uma palavra de agradecimento pelo entendimento verificado e pelos benefícios que reciprocamente têm sido possíveis obter.

À SPGM, e aos seus colaboradores, por todo o apoio e acompanhamento que tem sido prestado à Garval, e que lhe permitiu desde o primeiro momento a concentração na actividade operacional, desejamos expressar o nosso agradecimento.

Aos colaboradores da sociedade dedicamos uma última palavra de reconhecimento pelo desempenho das funções exercidas, desejando que continuem a desenvolver na Garval um bom trabalho em prol do tecido empresarial português.

Proposta de aplicação de resultados

De acordo com a lei e os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que a Assembleia-geral aprove a seguinte aplicação do resultado negativo apurado no exercício de 2007, no valor de 235 273,52 €:

- Para Resultados Transitados (€ 235 273,52)

Santarém, 20 de Fevereiro de 2008.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

Luís Filipe Soares dos Santos

José Fernando Ramos de Figueiredo

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Renato Fernando Ribeiro da Silva

Anabela Pereira Dolores Frazão

Isabel Maria LopesVieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

António de Sousa Portugal

III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007

Balço em 31 de Dezembro de 2007

	Ano 2007		Valor líquido (3) = (1) - (2)	Ano 2006
	Valores antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)		Valor líquido
ACTIVO				
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	2 000,00		2 000,00	1 330,33
Disponibilidades em outras instituições de crédito	236 650,76		236 650,76	91 421,97
Activos financeiros detidos para negociação	4 420,00		4 420,00	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
Activos financeiros disponíveis para venda				
Aplicações em instituições de crédito	11 573 156,19		11 573 156,19	5 504 835,15
Crédito a clientes	1 256 040,01	1 208 414,01	47 626,00	10 079,33
Investimentos detidos até à maturidade				
Activos com acordo de recompra				
Derivados de cobertura				
Activos não correntes detidos para venda				
Propriedades de investimento				
Outros activos tangíveis	905 165,83	210 802,71	694 363,12	661 819,42
Activos intangíveis	59 629,74	54 260,57	5 369,17	9 791,70
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Activos por impostos correntes				
Activos por impostos diferidos	497 540,61		497 540,61	368 607,33
Outros activos	192 675,86		192 675,86	182 271,56
Total de Activo	14 727 279,00	1 473 477,29	13 253 801,71	6 830 156,79
PASSIVOS				
			Ano 2007	Ano 2006
Passivos Eventuais			134 375 786,66	90 903 352,47
- Garantias e Avais			128 988 440,74	85 397 584,02
- Outros			5 387 345,92	5 505 768,45
Compromissos			4 011 584,00	2 941 294,00

	Ano 2007	Ano 2006
PASSIVO		
Recursos de bancos centrais		
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Recursos de outras instituições de crédito		
Recursos de clientes e outros empréstimos		
Responsabilidades representadas por títulos		
Passivos financeiros associados a activos transferidos		
Derivados de cobertura		
Passivos não correntes detidos para venda		
Provisões	1 381 446,48	846 173,76
Passivos por impostos correntes	25 754,28	78 817,68
Passivos por impostos diferidos		
Instrumentos representativos de capital		
Outros passivos subordinados		
Outros passivos	812 342,87	717 633,75
Total de Passivo	2 219 543,63	1 642 625,19
CAPITAL		
Capital	12 000 000,00	6 000 000,00
Prémios de emissão		
Outros instrumentos de capital		
Acções próprias	0,00	-82 000,00
Reservas de reavaliação		
Outras reservas e resultados transitados	-730 468,40	-265 056,04
Resultado do exercício	-235 273,52	-465 412,36
Dividendos antecipados		
Total de Capital	11 034 258,08	5 187 531,60
Total de Passivo + Capital	13 253 801,71	6 830 156,79

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

Luís Filipe Soares dos Santos

José Fernando Ramos de Figueiredo

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Renato Fernando Ribeiro da Silva

Anabela Pereira Dolores Frazão

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

António de Sousa Portugal

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2007

	Ano 2007	Ano 2006
Juros e rendimentos similares	474 312,63	192 512,82
Juros e encargos similares	-17 815,88	-14 972,12
Margem financeira	456 496,75	177 540,70
Rendimentos de instrumentos de capital		
Rendimentos de serviços e comissões	1 422 849,92	941 824,03
Encargos com serviços e comissões	-87 805,63	-33 581,39
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de reultados		
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		
Resultados de reavaliação cambial		
Resultados de alienação de outros activos		
Outros resultados de exploração	19 544,07	13 036,96
Produto Bancário	1 811 085,11	1 098 820,30
Custos com pessoal	-517 174,83	-373 703,35
Gastos gerais administrativos	-275 056,20	-255 077,58
Amortizações do exercício	-72 161,20	-56 190,94
Provisões líquidas de reposições e anulações	-535 272,72	-609 136,71
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	-686 216,03	-512 587,14
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		
Resultado antes de impostos	-274 795,87	-707 875,42
Impostos		
Correntes	-89 410,93	-80 869,68
Diferidos	128 933,28	323 332,74
Resultado após impostos	-235 273,52	-465 412,36

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente
Luís Filipe Soares dos Santos
José Fernando Ramos de Figueiredo
João Artur Ferreira da Costa Rosa
Renato Fernando Ribeiro da Silva
Anabela Pereira Dolores Frazão
Isabel Maria Lopes Vieira Neto
Vitor Manuel de Oliveira Ferreira
António de Sousa Portugal

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

(VALORES EM EUROS)

Introdução

As notas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49 e 50 previstas no Plano de Contas para o Sistema Bancário não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar.

As demonstrações financeiras da Sociedade têm por base os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005 do Banco de Portugal, pela competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do art. 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro. As NCA seguem na sua maior parte as determinações das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adaptadas pela União Europeia, pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, tendo sido transpostas para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

NOTA 3 – Critérios de avaliação

I. Especialização de exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e proveitos.

II. Imobilizado – Activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis classificados como imobilizado e adquiridos desde a constituição da Sociedade estão valorizados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada

segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites.

III. Provisões e correcção de valores associados a crédito a clientes

- a. Uma provisão para riscos gerais de crédito, de 1% sobre o valor do saldo vivo de cada garantia, líquido da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para riscos gerais de crédito. É igualmente incluída nesta rubrica uma provisão no valor de 1% sobre o saldo de devedores;
- b. Em relação ao valor dos *plafonds* não totalmente utilizados, é aplicada uma taxa de 1% sobre o seu montante vivo;
- c. Uma provisão para garantias, destinada a cobrir riscos económicos potenciais, associados à carteira de garantias vivas, sendo apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para garantias e compromissos assumidos;
- d. Correcções associadas a crédito e juros a clientes, sendo apresentadas no activo como dedução à rubrica de créditos a clientes e calculada:
 - i. Em relação às garantias accionadas a título de execução pelos seus legítimos beneficiários, mediante a aplicação de uma taxa de 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos (constituída através de valores mensais constantes, entre a data de ocorrência da execução e o final do exercício, de modo a que, até ao final do exercício, o provisionamento seja integral, na parte que excede a percentagem prevista nas classes de risco indicadas no n.º 2 do artigo 3.º do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal ponderadas pela existência ou não de garantia real ou pessoal em conformidade com o n.º 5, e avaliada nos termos do n.º 6 do mesmo artigo do Aviso atrás mencionado);
 - ii. Em relação a notas de débito emitidas, mediante a aplicação da taxa legalmente prevista para provisões para crédito vencido, em função do tempo decorrido após o vencimento do respectivo crédito, constante no n.º 2 do artigo 3.º do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

IV. Estimativa de impostos sobre lucros

Os impostos correntes são estimados de acordo com a legislação aplicável. No exercício de 2007, e em consequência da adaptação da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro referente ao Orçamento Geral do Estado para 2007, nomeadamente através do aditamento efectuado ao artigo n.º 35-A n.º 2 al. b) do código de IRC, deixaram de ser consideradas provisões para crédito vencido fiscalmente aceites as constituídas para cobertura de risco de incobrabilidade dos créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis.

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que haja lugar a diferenças temporárias entre os princípios contabilísticos geralmente aceites e as regras fiscais vigentes.

.

NOTA 10 – Inventário de títulos e de imobilizações financeiras

	Quantidade	Valor Nominal	Valor Médio de Aquisição	Valor de Cotação	Valor Líquido 2007-12-31
PARTICIPAÇÕES	4 420	1,00	1,0000		4 420,00
- SPGM - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	(2 940)	(1,00)	(1,0000)		(2 940,00)
- Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	(1 480)	(1,00)	(1,0000)		(1 480,00)

NOTA 11 – Movimentos do activo imobilizado

	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transferências			Abates (líquido)	Valor líquido em 2007-12-31
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliação (líquido)	V. Aquisição	Amortizações	Amortização do exercício		
ACTIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas Estabelecimento									
Custos Plurianuais									
Outras	52 599,71	42 808,01	7 030,03				11 452,56		5 369,17
	52 599,71	42 808,01	7 030,03				11 452,56		5 369,17
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS									
Imóveis de Serviço Próprio	14 979,44	1 035,72			43 129,00	1 293,87	646,94		55 131,91
Equipamento	137 700,95	93 154,38	27 877,75				25 253,16		47 171,16
Locação Financeira									
Imóveis	602 796,43	19 130,22	19 258,47		43 129,00	1 293,87	9 303,35		551 786,20
Equipamento	56 436,67	36 773,75	46 116,12				25 505,19		40 273,85
	811 913,49	150 094,07	93 252,34				60 708,64		694 363,12

No exercício de 2007, a Garval procedeu à aquisição de duas viaturas, em regime de *leasing*, e à remodelação dos seus escritórios em Santarém. A Sociedade realizou ainda investimentos em diversos equipamentos tangíveis (material informático e outros) e intangíveis (licenças de software) de forma a dotar a equipa de todos os recursos exigidos pelo aumento da actividade operacional.

NOTA 14 - Créditos sobre instituições de crédito e clientes

	Ano 2007	Ano 2006
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO		
Até 3 meses	10 501 359,37	
De 3 meses a 1 ano	1 071 796,82	5 504 835,15
De 1 a 5 anos		
Mais de 5 anos		
Duração Indeterminada		
	11 573 156,19	5 504 835,15
CRÉDITO A CLIENTES		
Até 3 meses	92 436,30	255 999,22
De 3 meses a 1 ano	537 408,47	254 370,70
De 1 a 5 anos	626 195,24	21 907,39
Mais de 5 anos		
Duração Indeterminada		
	1 256 040,01	532 277,31

A rubrica aplicações em instituições de crédito reflecte os montantes aplicados pela Garval em depósitos a prazo bem como os respectivos juros vencidos que, em Dezembro de 2007, ascendiam a 175,6 mil euros.

A variação verificada na rubrica de aplicações em instituições de crédito reflecte as aplicações financeiras dos fluxos financeiros “libertos” pelo aumento de Capital Social ocorrido em 2007 (6 000 000 para 12 000 000 euros). A variação no crédito a clientes reflecte o aumento de sinistralidade ocorrido durante o exercício de 2007.

NOTA 23 - Compromissos assumidos

Os compromissos assumidos por garantias e avales prestados referem-se, por um lado, à prestação de garantias de natureza financeira de 1º grau (garantias e avales), e, por outro lado, ao reconhecimento do valor dos plafonds não totalmente utilizados (outros passivos eventuais).

	Ano 2007	Ano 2006
GARANTIAS PRESTADAS E PASSIVOS EVENTUAIS		
Garantias e Avais	128 988 440,74	85 397 584,02
Outros passivos eventuais	5 387 345,92	5 505 768,45
	134 375 786,66	90 903 352,47
GARANTIAS RECEBIDAS		
Contragarantia	87 042 316,01	56 137 088,00
Avalistas	388 657 677,34	
Penhor Acções	4 011 584,00	2 941 294,00
Hipotecas	33 433 061,94	46 817 993,18
	513 144 639,29	105 896 375,18
COMPROMISSOS		
Revogáveis		
Irrevogáveis	4 011 584,00	2 941 294,00
	4 011 584,00	2 941 294,00

Na Instrução n.º 7/2006, que regula a comunicação da informação referente às responsabilidades por crédito concedido, é estabelecida a obrigatoriedade de comunicação ao Banco de Portugal das fianças e avais recebidos pelas instituições participantes. Assim, no exercício de 2007, a Garval passou a considerar contabilisticamente os valores referentes aos avais recebidos como contragarantia às operações prestadas, quer estes permanecem como responsabilidades potenciais, quer a partir do momento em que o avalista é chamado a assegurar o pagamento das prestações do crédito, por incumprimento do devedor, passando a sua responsabilidade de meramente potencial a efectiva.

Do tratamento acima descrito resultou o reconhecimento, no caso de responsabilidades potenciais, de:

- 10 087 005 euros de valores de operações avalizadas por um única pessoa,
- 109 402 316,34 euros de avais conjuntos recebidos.

Considerando que, no caso do aval conjunto, todos os avalistas são solidariamente responsáveis pela dívida, o valor do aval é contabilizado tanto em nome de um 1º avalista, aleatoriamente considerado com tal (valor contabilizado de 109 402 316,34 euros), como, e de forma cumulativa, o são, em nome de todos os restantes avalistas do crédito (valor contabilizado de 264 285 938 euros)

No caso dos avalistas cuja responsabilidade é já efectiva e que entraram já em incumprimento, foram contabilizados:

- 2 084 166,05 euros de avales conjuntos recebidos e em incumprimento.

Tal como no caso das responsabilidades potenciais, no caso do aval conjunto 2 084 166,05 euros dizem respeito à responsabilidade assumida pelo 1º avalista e 2 798 251,95 euros dizem respeito à responsabilidade assumida solidariamente pelos restantes avalistas do crédito em incumprimento.

NOTA 24 - Movimento das provisões

	Ano 2006	Reforços	Utilizações	Anulações / Reposições	Ano 2007
CORRECÇÃO VALORES ASSOCIADOS CRÉDITO VENCIDO					
Crédito e Juros Vencidos	522 197,98	1 068 089,89		381 873,86	1 208 414,01
	<u>522 197,98</u>	<u>1 068 089,89</u>		<u>381 873,86</u>	<u>1 208 414,01</u>
PROVISÕES PARA RISCOS GERAIS DE CRÉDITO					
Aviso nº 3/95 B.P.	292 604,96	225 229,41		98 373,12	419 461,25
Plafonds	55 057,68	15 786,98		16 971,20	53 873,46
Outros	1 798,94	1 400,59		1 339,54	1 859,99
PARA GARANTIAS	496 712,18	733 822,01		324 282,41	906 251,78
	<u>846 173,76</u>	<u>976 238,99</u>		<u>440 966,27</u>	<u>1 381 446,48</u>
	<u>1 368 371,74</u>	<u>2 044 328,88</u>		<u>822 840,13</u>	<u>2 589 860,49</u>

O valor das provisões económicas constituídas durante o exercício de 2007 atingiu o valor de 906,2 mil euros. Este valor foi obtido tendo em conta diversos critérios de apreciação do risco inerente à carteira de garantias vivas da Sociedade, sobretudo a previsibilidade da ocorrência de sinistros e/ou situações de mora relativamente a cada garantia viva à data de 31 de Dezembro de 2007.

NOTA 31 – Outros activos e passivos

	Ano 2007	Ano 2006
OUTROS ACTIVOS		
Devedores e outras aplicações	186 113,80	180 008,72
	186 113,80	180 008,72
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO		
Despesas com encargo diferido	4 416,64	2 226,08
Outras contas de regularização	2 145,42	36,76
	6 562,06	2 262,84
	192 675,86	182 271,56
OUTROS PASSIVOS		
Credores diversos	46 312,49	29 774,35
Fornecedores de Imobilizado de Locação Financeira	380 026,72	394 371,63
Outras exigibilidades	38 531,10	27 542,21
	464 870,31	451 688,19
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO		
Encargos a pagar	80 092,96	58 766,71
Receitas com rendimento diferido	263 501,73	207 000,35
Outras contas de regularização	3 877,87	178,50
	347 472,56	265 945,56
	812 342,87	717 633,75

A rubrica de credores diversos registou um ligeiro aumento que reflecte o reforço da estrutura base de que a Garval, dado o aumento da área de actuação, foi alvo resultando numa superior procura de fornecimentos de bens e serviços.

O passivo financeiro da Sociedade engloba, na sua maioria, as dívidas decorrentes dos contratos de locação financeira de imobilizado: instalações próprias e equipamentos de transporte. O passivo financeiro da empresa representa, no final do exercício de 2007, 3% do valor do activo líquido total.

As outras exigibilidades dizem respeito aos valores a pagar ao Estado englobando as retenções de

Imposto sobre o Rendimento, Imposto do Selo e Segurança Social do mês de Dezembro, e apuramento do IVA respeitante ao 4º trimestre do ano que finda.

As contas de regularizações espelham essencialmente as receitas com rendimento diferido, com o valor de aproximadamente 263,5 mil euros (referentes ao diferimento das comissões de garantias), e as estimativas do subsídio de férias e de Natal que constituem a rubrica dos encargos a pagar.

NOTA 34 – Volume de emprego

Administração	9
Quadros directivos e técnicos	19
Secretariado e administrativos	1

NOTA 35 - Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais

	Ano 2007	Ano 2006
REMUNERAÇÕES ORGÃOS SOCIAIS		
Conselho de Administração	14 324,00	14 492,50
Conselho Fiscal	8 191,72	7 604,84
Assembleia Geral	300,00	902,50
Comissão Executiva	36 700,00	29 932,50
	59 515,72	52 932,34

No ano de 2007 não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

NOTA 39- Outros resultados de exploração

	Ano 2007	Ano 2006
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO		
CUSTOS		
Quotizações e donativos	6 113,00	6 042,00
Impostos	29 601,85	3 981,63
Outros	4 880,21	10 961,82
	40 595,06	20 985,45
PROVEITOS		
Prestação de serviços	57 345,00	32 620,00
Reembolso de despesas		
Outros	2 794,13	1 402,41
	60 139,13	34 022,41
	19 544,07	13 036,96

Na componente dos custos, importa realçar o crescimento da rubrica de impostos em virtude do aumento de capital social realizado pela Garval, reflectindo-se num aumento do imposto do selo suportado.

Importa referir, igualmente, o aumento em cerca de 24,7 mil euros na rubrica de prestação de serviços que diz respeito às comissões de análise, montagem e emissão de garantias por parte da Sociedade, em consequência do crescimento da actividade durante o exercício de 2007.

NOTA 41 – Carga fiscal

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama.

	Ano 2007	Ano 2006	Ano 2005
REPORTE FISCAL			
Estimativa de impostos	89 410,93	80 869,68	1 814,06
Imposto pago		80 869,68	1 814,06

A nova Lei das Finanças Locais, publicada em Diário da República de 15 de Janeiro de 2007, através do seu artigo 14.º, estabelece a responsabilidade dos municípios para deliberarem sobre a taxa de derrama a aplicar ao lucro tributável, estabelecendo ainda um montante máximo para esta taxa de 1,5%. A referida alteração legislativa obrigou à adaptação da taxa fiscal que passou de, 27,5% em 2006, para 26,5% em 2007. Esta alteração está reflectida na estimativa de impostos a pagar no exercício de 2008.

NOTA 45 - Operações de locação financeira

	Valor Bruto	Reintegrações	Valor Líquido 31-12-07
Imobilizado regime locação financeira			
- Imóveis	578 925,90	27 139,70	551 786,20
- Equipamento	102 552,79	62 278,94	40 273,85
	681 478,69	89 418,64	592 060,05

NOTA 51 – Outras informações

	Ano 2006	Reforços	Reposições	Ano 2007
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
Por diferenças temporárias em Passivos				
Em riscos gerais de crédito	80 466,36	53 452,46	22 761,79	111 157,03
Em provisões económicas	136 595,85	194 462,83	90 901,96	240 156,72
Em provisões para devedores diversos	494,70	492,89	494,71	492,88
Em provisões para plafonds	15 140,86	14 276,47	15 140,86	14 276,47
Pelo diferimento campanhas	442,81		442,81	
	233 140,58	262 684,65	129 742,13	366 083,10
Por diferenças temporárias em Activos				
Em correcções associadas ao crédito vencido	119 091,43	113 715,76	101 349,68	131 457,51
Por prejuízos fiscais				
	16 375,32		16 375,32	
	368 607,33	376 400,41	247 467,13	497 540,61

A alteração da taxa fiscal referida na Nota 41 implicou a adaptação dos valores contabilizados por impostos diferidos de 27,5% para 26,5% sobre as diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre os lucros do exercício.

A Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

Luís Filipe Soares dos Santos

José Fernando Ramos de Figueiredo

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Renato Fernando Ribeiro da Silva

Anabela Pereira Dolores Frazão

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

António de Sousa Portugal

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

Anexo

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2007, nenhuma das pessoas singulares integrantes dos órgãos sociais da Sociedade detinha qualquer participação de capital na Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.. Por sua vez, as entidades representadas por essas pessoas eram titulares das seguintes participações no Capital Social da Garval:

- | | |
|---|-----------------|
| ▪ Instituto de Turismo de Portugal | 420 000 acções |
| ▪ NERCAB – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco | 177 700 acções |
| ▪ NERPOR – Núcleo Empresarial da Região de Portalegre | 177 700 acções. |

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2007, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no Capital Social da Sociedade era a seguinte:

- | | |
|--|--------|
| ▪ SPGM – Sociedade de Investimento, S.A. | 19,04% |
|--|--------|

Accionistas Promotores

O quadro seguinte lista as entidades que detêm, de acordo com a legislação aplicável, o estatuto de accionistas promotores:

Accionista Promotor	Nº de Acções	%
S.P.G.M. - Sociedade de Investimento, S.A.	2 284 796	19,04%
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento - IAPMEI	1 152 900	9,61%
Banco BPI, S.A.	1 058 060	8,82%
Banco Espírito Santo, S.A.	1 053 594	8,78%
Banco Comercial Português, S.A.	992 000	8,27%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	957 400	7,98%
Instituto de Turismo de Portugal	420 000	3,50%
Caixa Económica Montepio Geral	240 000	2,00%
Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L.	100 000	0,83%
Total de Accionistas Promotores	8 258 750	68,82%

IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de sociedade, compete-nos submeter à Vossa apreciação o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, com referência ao exercício findo em 2007 Dezembro 31.

Ao longo deste exercício, acompanhámos a actividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte.

Como habitualmente, o Conselho de Administração e os Serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

Encerrando o exercício, analisámos o relatório do Conselho de Administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo.

Considerando que o relatório de gestão explana, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais e que as demonstrações financeiras reflectem a correcta situação patrimonial da Empresa e os resultados das suas operações, somos de parecer que merecem ser aprovados:

- 1) O relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo, referentes ao exercício de 2007, apresentados pelo Conselho de Administração;
- 2) A proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

Porto, 2008 Março 04

O Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,

representada por Dr. António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16

V. Certificação Legal de Contas

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 2007 Dezembro 31 (que evidencia um total de activo de € 13 253 802 e um total de capital próprio de € 11 034 258, incluindo um resultado líquido negativo de € 235 274), a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, em 2007 Dezembro 31 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

Porto, 2008 Março 04

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,
representada por António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16

V. Relatório do Auditor Independente

INTRODUÇÃO E RESPONSABILIDADES

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Garval - Sociedade de Garantia Mútua, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um activo líquido de 13 253 802 euros e um resultado líquido negativo de 235 274 euros), a Demonstração de Resultados e as correspondentes Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Garval - Sociedade de Garantia Mútua, SA em 31 de Dezembro de 2007, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIC/NIRF), emitidas pelo IASB, com a ressalva de alguns pontos especialmente regulados pelo Banco de Portugal.

Porto, 10 de Março de 2008

BDO bdc & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas